



Sem alarido

Venâncio Mondlane tranquiliza e promete recorrer ao Constitucional * Mais Integridade denuncia excessos

Reagindo à deliberação da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Venâncio Mondlane afirma não ser da competência do órgão, considerar nula a candidatura da Coligação Aliança Democrática (CAD).

O consórcio Mais Integridade está mais preocupado em ver mas alternativas nas eleições de nove de outubro, abrangendo maior efectivo de concorrentes, daí que sugere ao Conselho Constitucional a uma análise mais cuidada e profissional, algo que não está em causa.

É que, segundo o consórcio, diferentemente da CNE, o Conselho Constitucional é integrado por expert's do sector, juristas, ao contrário do órgão que esta quinta-feira deliberou contra a candidature da CAD e do partido Revolução Democrática.

Paulo Cuinica, porta-voz da CNE lembra haver ainda espaço para os interessados, querendo, recorrer da decisão junto do Conselho Constitucional.

Das 38 candidaturas submetidas à CNE, três chumbaram.

Na praça pública, analistas de especialidade apontam duras críticas aos vogais da CNE pela gritante falta de profissionalismo, infantilidade e ignorância no trato da matéria que acabou ditando aquela deliberação que, citando Venâncio Mondlane, não apanhou de surpresa a coligação, pelo volume das declarações que alguns dos vogais foram trazendo a público.

De resto, Venâncio diz-se feliz por entender que os argumentos elencados pela CNE não são de todo convincentes, capazes de levar qualquer leigo a torcer o nariz.

Esta quinta-feira, o candidato presidencial terminou o périplo pelo norte de Moçambique, iniciado em Cabo Delgado, prosseguindo por Nampula, desaguando no Niassa.

Nesta província e diferentemente daquelas, militantes da Frelimo se posicionaram exactamente, por antecipação, no roteiro que seria seguido pela comitiva de Venâncio Mondlane, Cuamba, Mecanhelas e Lichinga.

Venâncio denuncia que a Frelimo supera o Estado, algo testemunhado, mais uma vez, durante a digressão pela província do Niassa. **redacção**

Manuel Chang acusado de sete crimes

Peter Cooch, procurador dirigindo-se ao júri, terça-feira, durante o lançamento do julgamento a Manuel Chang, que decorre em Nova Iorque, Estados Unidos.

Cooch diz, com efeito, que o moçambicano era funcionário estrangeiro que abusou da sua autoridade para enriquecer através de subornos, fraude e branqueamento de capitais, de acordo com o portal Law360, citado pela lusa/dw.

Acusou ainda o ex-ministro de uma conspiração para desviar fundos dos esforços de Moçambique para proteger e expandir as suas indústrias de gás natural e pesca. Cooch sublinhou que os investidores perderam milhões de dólares, uma vez que "os projectos foram um fracasso" e Moçambique não cumpriu com os empréstimos.

O procurador recorreu que os três acordos

custaram 622 milhões de dólares para financiar a vigilância costeira, 855 milhões de dólares para uma frota de barcos de pesca de atum e 535 milhões de dólares para projectos de estaleiros.

Disse ainda que os funcionários da empresa de construção naval Privinvest concordaram conscientemente com "um acordo corrupto", no qual Chang os ajudaria a fechar os contratos massivos "por um preço".

O procurador citou documentação de subornos e transferências electrónicas para uma conta bancária suíça controlada por um amigo de Manuel Chang.

"O réu foi tão cuidadoso que tentou evitar deixar um rasto de pa-

pel", mas os seus co-conspiradores "não foram tão cuidadosos" e documentaram os seus crimes, frisou.

No arranque do julgamento, os advogados de Chang disseram que o Governo não tem evidências para provar que Chang recebeu "um único centavo" dos supostos sete milhões de dólares em subornos ou que o antigo ministro conspirou com alguém para violar a lei.

O advogado de Chang, Adam Ford, alegou que os investidores perderam dinheiro porque "é isso que acontece" quando se realizam investimentos "de risco" em mercados emergentes, não por causa de algo que o seu cliente fez.

O ex-ministro das Finanças rejeita todas as acusações e aponta o actual

**DÊ MAIS VIDA
AO SEU MOTOR**

Óleo Chita, alta qualidade
ao melhor preço.

CHITA 15W50 - API SM/CF
Óleo sintético



Presidente, Filipe Nyusi, à data ministro da Defesa, como sendo quem o mandou assinar as garantias bancárias que viabilizaram as dívidas ocultas.

A mobilização dos empréstimos foi organizada pelos bancos Credit Suisse e VTB da Rússia.

No arranque do julgamento, os advogados de Chang disseram que o Governo não tem evidências para provar que Chang recebeu "um único centavo" dos supostos sete milhões de dólares em subornos ou que o antigo ministro conspirou com alguém para violar a lei.

O advogado de Chang, Adam Ford, alegou que os investidores perderam dinheiro porque "é isso que acontece" quando se realizam investimentos "de risco" em mercados emergentes, não por causa de algo que o seu cliente fez.

O ex-ministro das Finanças rejeita todas as acusações e aponta o atual Presidente, Filipe Nyusi, à data ministro da Defesa, como sendo quem o mandou assinar as garantias bancárias que viabilizaram as dívidas ocultas. A mobilização dos empréstimos foi organizada pelos bancos Credit Suisse e VTB da Rússia.

Acusado de conspiração de fraude e envolvimento num esquema de lavagem de dinheiro, Manuel Chang está preso em Nova Iorque desde julho de 2023, depois de ter sido extraditado da África do Sul. Enfrenta uma pena que pode ir até 30 anos na prisão se for condenado.

O Governo dos Estados Unidos defende que o projecto do Sistema Integrado de Monitorização e Protecção (SIMP) do espaço marítimo moçambicano, que deu ori-

gem às dívidas ocultas, não foi pensado pelo Governo moçambicano nem concebido para proteger o espaço marítimo de Moçambique.

Segundo a acusação, tratou-se de um projecto de "fachada criado pelos réus e co-conspiradores para ganhar dinheiro". Dizem ainda que os "co-conspiradores desviaram parte desses valores para efec-

tuar pagamentos de subornos e comissões, utilizando o sistema financeiro norte-americano com transacções através de contas bancárias nos Estados Unidos, incluindo pelo menos cinco milhões de dólares para o arguido Manuel Chang".

Chang foi ministro das Finanças de Moçambique

durante a governação de Armando Guebuza, entre 20-05 e 2010, e terá avalizado dívidas de 2,7 mil milhões de dólares secretamente contraídas a favor da EMATUM, da ProIndicus e da MAM, alegadamente criadas para o efeito nos sectores da segurança marítima e pescas, entre 2013 e 2014.

c/lusa/dw

Carta de repúdio ao Dom Matsinhe

Estimado Dom Carlos Matsinhe

Escrevo-lhe com grande preocupação e indignação em relação à recente exclusão da Coligação Aliança Democrática (CAD) das eleições gerais e provinciais de outubro de 2024.

Este acto, que considero ilegal, injusto e antidemocrático, é um grave atentado aos princípios de justiça e equidade que devem nortear o nosso processo eleitoral.

Excluir a CAD é negar o direito ao voto a milhões de moçambicanos, especialmente jovens.

Negar o direito ao voto é violar os direitos políticos dos cidadãos do nosso país. esta exclusão não é apenas um ataque à CAD, mas uma negação do direito fundamental de participação política de milhões, privando-os de uma escolha democrática e representativa.

A Bíblia nos ensina a buscar justiça e a defender os oprimidos. Isaías 1;17 nos exorta; "Aprendei a fazer o bem; procurai a justiça, repreendei o opressor; defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas".

A exclusão da CAD não apenas viola os direitos desta coligação, das moçambi-

canas e moçambicanos, especialmente jovens, mas também compromete a integridade do processo democrático e a confiança do povo nas instituições que deveriam promover a justiça.

Provérbios 31:-9 "Abre a tua boca a favor do mudo, pela causa de todos os que estão designados à destruição. Abre a tua boca, julga retamente, e faz a justiça aos pobres e necessitados".

A decisão de excluir a CAD é um acto de opressão contra uma voz legítima do nosso povo. É dever de cada um de nós, especialmente daqueles em posições de liderança e responsabilidade, garantir que todas as vozes sejam ouvidas que todas os cidadãos tenham o direito de participar plenamente no processo democrático.

A justiça selectiva não é justiça; é um mecanismo de perpetuação da injustiça que fica claro ser a sua escolha, Dom Carlos Matsinhe.

Lembro-lhe as palavras de Miqueias 8:8: "Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a

justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus?" A exclusão da CAD contradiz esta exigência divina de praticar a justiça e amar a misericórdia.

É um imperativo da Paz que a CNE reconsidere esta decisão e restaure a participação da CAD nas próximas eleições. Esta acção não é apenas uma questão de legalidade, mas também de justiça e coesão social.

Que a verdade e a equidade prevaleçam para que possamos garantir um processo eleitoral justo e democrático para todos os cidadãos de Moçambique.

**Atenciosamente
Prof Adriano Nuvunga
Director do CDD e presidente da Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos RMDDH**

BREVES

Mais de 220 mil famílias já estão ligadas à energia solar gerada através de um projeto desenvolvido pela francesa Engie Energy Access, num investimento que ultrapassa 18,3 milhões de euros.

Filipe Nyusi assinou acordo para Área de Conservação Transfronteiriça de ZIMOZA com Zimbabue e Zâmbia. **lusa**

Quem tem medo da CAD/Venâncio ?

Frelimo, Renamo e MDM na Comissão Nacional de Eleições decidiram pelo chumbo da candidatura da Coligação Aliança Democrática – deliberação sem apelo nem agravo.

De resto nada que tivesse apanhado de surpresa muitos analistas e a própria CAD, isso mesmo confirmado por Venâncio Mondlane, à chegada na cidade de Maputo, proveniente da frente norte do país.

Precisamente nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, onde Venâncio Mondlane reeditou as passagens iniciais por Tete, Manica e Sofala, arrastando multidões que garantidamente deixaram boquiaberto os adversários políticos, nomeadamente Frelimo, Renamo e MDM.

Curiosamente, os mesmos actores políticos que, gozando dos lugares que ocupam na CNE, na qualidade de vogais, mais uma representação da sociedade civil, aqueles não poderiam hesitar em rasgar liminarmente a candidatura da CAD nas legislativas e provinciais de outubro, exceptuando a corrida provincial de Sofala.

Ou seja, a CAD em Sofala irá concorrer no escurtíneo.

Como refere Venâncio Mondlane, desde o primeiro momento que alguns vogais da CNE haviam dado o veredicto quando apareceram publicamente a delinear os eventuais erros de palmatória que punham em causa a participação da CAD nas eleições gerais.

O candidato afirma que isso concorreu sobremaneira para que a CAD iniciasse, já naquela altura, demarches visando recorrer ao Conselho

Constitucional, derradeiro órgão de decisão, isso mesmo recomendado por Paulo Cuinica, porta-voz da CNE, quando a dado momento dizia ontem que quem não se mostrasse contente pela deliberação, têm pela frente uma derradeira oportunidade para se queixar, palavra nossa, junto ao Constitucional.

Por outras palavras, a CNE fez o seu trabalho, cabendo agora ao Conselho Constitucional deliberar nas fases posteriores, mediante eventuais queixas de recurso.

Especulando, no sem-

blante de Cuinica, especificamente durante a retirada da interacção com os jornalistas, na prática sugere que haja vontade em se bater a porta do Constitucional, se calhar por pessoalmente não ter ficado agradado com a situação.

Numa anterior aparição pública, Paulo Cuinica foi de uma evidente irritação, denunciando um suposto nervosinho na flôr da pele, numa altura que a CNE estava ainda diante de uma pilha da papelada por analisar e deliberar.

Depois de essencialmente os da Renamo andavam a tor-

to e a direito afirmar que Venâncio Mondlane não tem expressão especificamente nas zonas rurais, e nas urbanas tem sido seguido por uma multidão que adora correr atrás de um forasteiro que apareça de megafones em punho, hoje há indicações de que os fulanos tinham era medo de terem de enfrentar a enorme falange de apoio aglutinado pelo Venâncio e CAD.

Perante a dura realidade, era inevitável que a CNE se debruçasse em argumentos que sustentem o chumbo da CAD. **sr**

Penso, Logo existo

Daniela Silva *

O ódio aos líderes fortes

As disputas eleitorais do nosso tempo são confrontos de estilo e de moralidade. Opõem a liderança polida, desenhada e globalista à liderança galvanizadora, viril e nativista.

Reconhecer que estamos perante confrontos de estilo e de moralidade não é necessariamente uma constatação negativa pois é algo incontornável. Por definição, os eleitores não se informam completamente sobre todas as temáticas tratadas em campanha e o sentido de voto segue motivações muito variadas e até imprevisíveis.

Cada eleitor pode ver-se influenciado por uma filiação ou simpatia partidária, pelas opiniões de familiares e amigos, pelas percepções subjectivas sobre a sociedade e a economia, pelas mensagens difundidas repetidamente nos meios de comunicação, pela devoção a um determinado candidato, ou até pela ocorrência evento ines-

perado durante a campanha.

Portanto, os eleitores estão racionalmente desinformados acerca de questões específicas e a ordem natural das coisas faz com que a luta política se esgrima e decida nos domínios do estilo e da moral. Para além deste facto inultrapassável em democracia, quando as sociedades atravessam fases de estagnação e de crise existencial, as questões morais ganham importância de vida ou morte. É chegada a hora dos líderes que identificam a existência dessas crises e que tentam personalizar a ordem onde parece reinar o caos.

Em terceiro lugar, a força da polarização na era da informação imediatista e superficial também leva a que a mensagem tenha êxito sobretudo pelo estilo e pela sua carga moralizante perante os eleitores.

Posto isto, é pacífico reconhecermos que todos estamos mais ou menos influenci-

ados pela nova dinâmica de polarização em política que traz consigo coisas positivas e coisas negativas.

O mais positivo talvez seja a concorrência de ideias e o ímpeto de contestação a uma oligarquia decadente. É uma força que vem recordar que não existem respostas definitivas em política e que o combate está sempre à espreita para varrer a pressão despótica dos consensos servem interesses de alguns.

O mais negativo é o espírito de cruzada e de cancelamento que vai favorecendo a despersonalização daqueles que professam valores diferentes. Essa despersonalização inclui o incentivo à violência contra candidatos políticos, como é fácil notar em algumas deploráveis reacções à tentativa de assassinato de Trump.

A nossa época está repleta de líderes políticos banais ou medianos. Não transparecem espírito de missão, não revelam os seus traços de personalidade em público (talvez por falta dela)...

continua próxima edição - jeconomico.pt

ONDE A DIVERSÃO
NUNCA ACABA

zap



SUPER REDUÇÃO DE PREÇOS

BOX HD
1200 MTS

BOX HD
+ KIT DE INSTALAÇÃO
1500 MTS

OFERTA DE 1 MENSALIDADE DO PACOTE MINI

Campanha válida até 31 de Julho de 2024.